

Economia - Brasil

Atualidade econômica

Instabilidade aumentará, alerta o Ibre

RIO
AGÊNCIA ESTADO

A Carta do Ibre, publicação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, diz que a demora do governo em realizar um saneamento financeiro, incluindo mudanças na correção monetária, "começa a pôr em risco os ganhos obtidos pela reforma da produção e do consumo". Para os economistas do Ibre, a atual instabilidade financeira "será muito possivelmente intensificada no segundo semestre".

O documento, que circula na próxima edição da revista **Conjuntura Econômica**, assinala que, após 1982, quando cessou o fluxo de empréstimos externos e a inflação disparou, tornaram-se necessárias me-

didias enérgicas de duas naturezas: a transformação das estruturas de produção e consumo da economia e o combate à inflação mediante saneamento financeiro e aperfeiçoamento da estrutura monetária e fiscal. Segundo os economistas, a primeira reforma foi feita pela maxidesvalorização do cruzeiro e a segunda não se realizou, ameaçando comprometer os resultados já obtidos.

O documento explica que, diante de um choque estrutural sobre o balanço de pagamentos, toda economia passa por três fases: a de desarrumação, a de crise aguda e a de ajustamento. "Tudo indica — diz o documento, após analisar as principais características de cada fase — que o Brasil esteja atualmente em vias de ingressar nesta última fase, a de ajustamento". Esta é marcada pela

possibilidade de crescimento econômico dentro de um novo padrão, "dado pela ampliação do setor exportador, pela retomada do fluxo externo de poupança e pelo recurso ampliado à poupança interna, desde que a inflação esteja em queda ou contida em níveis aceitáveis".

"Hoje em dia" — acrescenta — "não são muitos os fatores institucionais e de política econômica agindo no sentido de reduzir as taxas de inflação. Entretanto, a grande maioria das pessoas pensa que a política de combate às causas da inflação tem sido ridícula. Daí porque alguns analistas mais afoitos começam a pregar o fim das restrições fiscais e monetárias e a conciliação entre o crescimento econômico e a inflação ainda muito alta". E destaca que a política monetária recente tem sido

marcada por fatores paradoxais como a tendência fortemente contractionista de suas contas tradicionalmente expansivas — agricultura e Tesouro Nacional. E "as operações com títulos públicos federais passaram a injetar recursos no sistema" fazendo com que a dívida pública federal nas mãos do público crescesse acima da inflação — 246,6% em 12 meses. Soma-se a isso o impacto de Cr\$ 2,77 trilhões de "operações especiais" do Banco do Brasil, inclusive a cobertura para débitos externos (Aviso GB-588 e MF-30) e dos débitos do Iapás — "operações que refletem claras injunções políticas". A essas fatores se adicionam, segundo a carta, "a rigidez criada pelo sistema abrangente de indexação de preços e salários", as expectativas dos agentes econômicos abalados em sua con-

fiança e os choques de oferta de produtos agrícolas". Além disso, "a instabilidade financeira será muito possivelmente intensificada no segundo semestre", entre outros motivos, pela acumulação de reservas cambiais, a queda na prática da taxa média de recolhimento compulsório dos bancos, os socorros aos diversos segmentos financeiros em dificuldades, as revisões no crédito de custeio para a próxima safra, os vencimentos acumulados da dívida pública e a redução do superávit fiscal.

Diz a Carta do Ibre: "O afrouxamento da política monetária poderá resultar em certo alívio à produção e ao emprego", mas "a fatura acabará por ser cobrada mais adiante pelo aumento das pressões inflacionárias".